

CONTRA-ARGUMENTAÇÃO E DISCURSO: UMA ABORDAGEM TRANSDISCIPLINAR

CONTRAARGUMENTACIÓN Y DISCURSO: UN ABORDAJE TRANSDISCIPLINARIO

COUNTER-ARGUMENT AND SPEECH: AN APPROACH TRANSDISCIPLINARY

Marcos Bispo dos Santos*

Universidade do Estado da Bahia

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar um modelo transdisciplinar de estudo da contra-argumentação em oposição às abordagens formalistas que caracterizam os estudos científicos desse objeto no contexto das teorias linguísticas. A proposta parte do pressuposto de que a abordagem transdisciplinar se faz necessária sempre que se busca superar a fragmentação disciplinar dos conhecimentos, tendo em vista objetivos práticos para os quais tais conhecimentos são necessários, mas insuficientes. Em função disso, articula elementos da retórica clássica, da nova retórica das teorias de Bakhtin acerca dos gêneros do discurso e do texto e da linguística textual para elaborar um dispositivo de análise da contra-argumentação como um processo complexo inerente a diversas práticas sociodiscursivas. Com base nesse dispositivo, analisou-se um artigo de opinião. Conclui-se que, dada a complexidade da contra-argumentação, a abordagem transdisciplinar permite uma compreensão holística de seu funcionamento sociodiscursivo.

PALAVRAS-CHAVE: Contra-argumentação. Gêneros do discurso. Sequência argumentativa. Transdisciplinaridade.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo presentar un modelo transdisciplinario de estudio de la contraargumentación en oposición a los abordajes formalistas que caracterizan los estudios científicos de ese objeto en el contexto de las teorías lingüísticas. La propuesta parte del presupuesto de que el abordaje transdisciplinario se hace necesario siempre que se busca superar la fragmentación disciplinar de los conocimientos teniendo objetivos prácticos para los cuales tales conocimientos son necesarios, pero insuficientes. En función de eso, articula elementos de la retórica clásica, de la nueva retórica, de las teorías de Bakhtin sobre los géneros del discurso y del texto y de la lingüística textual para desarrollar un dispositivo de análisis de la contraargumentación como proceso complejo inherente a diversas prácticas sociodiscursivas. Con base en ese dispositivo, se analiza uno artículo de opinión. Se concluye que, dada la complejidad de la contraargumentación, el abordaje transdisciplinario permite una comprensión holística de su funcionamiento sociodiscursivo.

PALABRAS-CLAVE: Contraargumentación. Gêneros del discurso. Secuencia argumentativa. Transdisciplinaridad.

ABSTRACT: This article aims to present a transdisciplinary counter-arguments study model in opposition to the formalist approaches that characterize the scientific studies that object in the linguistic theories context. The proposal is based on the assumption that the transdisciplinary approach is necessary whenever it is sought to overcome the disciplinary fragmentation of knowledge, in view of practical objectives for which such knowledge is necessary, but insufficient. As a result, it articulates elements of classical rhetoric, new rhetoric, Bakhtin's theories about speech genres and text and textual linguistics to elaborate a device for analyzing counter-argumentation as a complex process inherent in various sociodiscursive practices. On the basis of that device, an

* Professor Adjunto do Departamento de Educação, Colegiado de Letras - Língua Portuguesa e Literaturas, Campus II, e do Metrado Profissional em Letras, Campus V, da Universidade do Estado da Bahia. E-mail: mabispo@uneb.br.

opinion article was examined. It is concluded that, given the counter-argument complexity, the transdisciplinary approach allows a holistic understanding of its sociodiscursive functioning.

KEYWORDS: Counter-arguments. Discourse genres. Argumentative sequence. Transdisciplinary.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a argumentação retórica tem sido alvo de controvérsias em torno de um problema que está também no cerne da racionalidade científica moderna: a questão da verdade. O problema se iniciou na Grécia Antiga e ganhou as primeiras páginas na história através dos diálogos de Platão, nos quais a filosofia de Sócrates, comprometida com a busca da verdade, confrontava a retórica dos sofistas, voltada para objetivos pragmáticos de natureza sociopolítica. A busca da verdade, na filosofia, impunha a necessidade de se distinguir claramente o verdadeiro do falso, opondo-os como inconciliáveis do ponto de vista ontológico e axiológico. A retórica sofística, por sua vez, não estava comprometida com a verdade ou a falsidade segundo critérios filosóficos, mas as entendia como construções sociodiscursivas decorrentes do emprego de estratégias e técnicas argumentativas.

Com Descartes, a ciência moderna inicia um processo de oposição à retórica em torno do problema da verdade e, finalmente, no século XIX, com o triunfo do paradigma positivista, a retórica foi, progressiva e definitivamente, excluída do sistema de ensino. O princípio de uma formação educacional orientada pela ciência, logo, pela verdade, era incompatível com as estratégias retóricas de persuasão, em grande medida descomprometidas com a verdade em termos absolutos.

No contexto da ciência linguística, a argumentação passou a ser estudada em seus aspectos formais no âmbito de enunciados discretos – teoria da argumentação na língua – ou das sequências textuais. Ou seja, a ciência acolheu a argumentação desenvolvida no campo da lógica, mais facilmente adaptável às normas da cientificidade, e deu menos importância à argumentação retórica, heteróclita, multifacetada e, por isso, menos passível de adequação à racionalidade da ciência moderna.

Uma abordagem transdisciplinar deve considerar o que está entre, aquém e além das disciplinas (JAPIASSU, 2006), tendo em vista objetivos de natureza prática que exigem a articulação de saberes diversos. O estudo da argumentação orientado para fins de processos de ensino-aprendizagem demanda, então, a elaboração de um modelo teórico-metodológico de análise que permita articular os conhecimentos relativos aos processos argumentativos aos objetivos do ensino de língua portuguesa, no que tange ao desenvolvimento de competências de leitura e escrita de textos argumentativos. Para isso, é preciso observar os seguintes princípios:

- a) Situar os gêneros argumentativos no contexto das práticas sociais efetivas. Isso implica considerar as coerções sociodiscursivas que determinam a natureza, as características e o estilo dos gêneros discursivos;
- b) Determinar a forma como a situação comunicativa afeta os sujeitos e é por eles afetada, bem como a forma como isso aparece nos gêneros discursivos.
- c) Identificar e avaliar os procedimentos retóricos empregados no texto;
- d) Avaliar de que forma a conversão de um gênero discursivo em objeto escolarizado pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita definidas nas políticas educacionais.

Dado que a argumentação retórica não se fundamenta necessariamente sobre verdades científicas, sua constituição e seu estudo envolvem saberes declarativos de diversas ordens, inclusive do senso comum, das emoções, além de saberes processuais e condicionais ligados às habilidades necessárias para adequar esses saberes às especificidades das intenções comunicativas nas diversas situações.

Este trabalho delimita seu escopo à abordagem dos três primeiros princípios elencados acima, com o objetivo de apresentar um modelo transdisciplinar de estudo da contra-argumentação em oposição às abordagens formalistas e monodisciplinares que caracterizam os estudos científicos desse objeto no contexto das teorias linguísticas. Em função disso, articula elementos da retórica clássica, da nova retórica, das teorias de Bakhtin acerca dos gêneros do discurso e do texto, bem como das teorias pragmáticas e da linguística textual para elaborar um dispositivo de análise da contra-argumentação como um processo complexo inerente a diversas

práticas sociodiscursivas. Apesar disso, o modelo permanece aberto à contribuição de diversas outras disciplinas, às quais se poderá recorrer sempre que a situação comunicativa o exigir. A análise de um artigo de opinião, na última parte do texto, reafirma a complexidade da contra-argumentação como produção discursiva socialmente contextualizada.

2 A CONTRA-ARGUMENTAÇÃO COMO OBJETO DE ESTUDO CIENTÍFICO

O estudo da contra-argumentação é um campo em que o problema epistemológico da complexidade da linguagem se impõe como um desafio ao pesquisador. As práticas sociais discursivo-argumentativas se realizam a partir do acionamento de uma multiplicidade de recursos semiolinguísticos, dificilmente sistematizáveis de modo absoluto ou redutíveis a leis gerais. Trata-se, portanto, de um conjunto heteróclito de práticas que, no máximo, pode ser inventariado.

A ciência moderna, como se sabe, lida com a complexidade do real de maneira cartesiana: recorta o todo em suas partes constitutivas com o objetivo de estudar essas unidades de modo aprofundado, sob a justificativa de que tal método resultaria numa compreensão ampla do objeto total. O método prevê ainda uma síntese final através da qual o todo ressurgiria ressignificado. Como explicar, então, que o cartesianismo se tenha tornado sinônimo de conhecimento fragmentado e, por consequência, uma das principais influências no processo de especialização dos saberes científicos? Dentre as causas que parecem mais plausíveis, destaca-se justamente a dificuldade de determinar o todo. Em geral, tem-se do todo apenas uma projeção virtual em função da qual o estudo de determinados objetos discretos se torna o ponto de partida e de chegada de uma disciplina.

A proposta de considerar a linguística textual como um componente da análise do discurso, de Adam (2008), propõe-se a romper com a autonomia estanque de outras abordagens de estudos do texto e do discurso, ao mesmo tempo em que reconhece a relação de dependência e complementaridade que essas disciplinas mantêm – ou devem manter – entre si. Seu projeto modular e pluridisciplinar apresenta-se como uma alternativa às abordagens monodisciplinares, fragmentárias, no campo das ciências do texto/discurso e como uma tentativa de resposta ao problema do estudo das unidades sem a devida compreensão do todo.

A Figura 1 apresenta um esquema que situa o subdomínio da linguística textual no campo mais amplo da análise do discurso. Da direita para a esquerda, estão os elementos que regem os encadeamentos de proposições no sistema que constitui a unidade “texto”, objeto da linguística textual. Da esquerda para a direita, estão os elementos por meio dos quais se efetuam as regulações descendentes que as situações sociais de interação, nas línguas e nos gêneros dados, impõem aos enunciados. Esses são os objetos da análise do discurso.

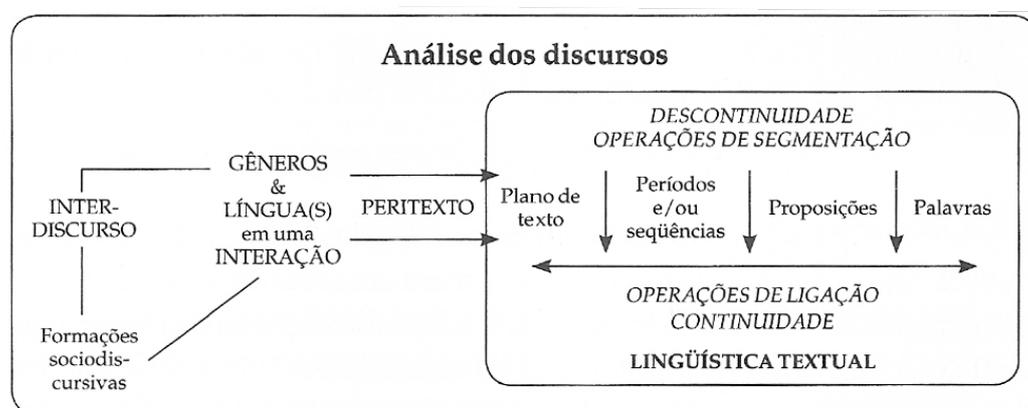


Figura 1: Esquema geral de análise dos discursos

Fonte: Adam (2008, p. 41)

No contexto das regulações descendentes, Adam conceitualiza a análise do discurso através das noções de interdiscurso, um produto das formações discursivas, gêneros discursivos, língua e contexto. As formações discursivas, conceito originalmente formulado por Foucault e reformulado por Pêcheux no quadro da análise do discurso francesa, permitem relacionar discurso e gêneros como noções que definem os traços de estabilização pública e normativa das práticas sociais de linguagem. As formações discursivas são,

assim, um sistema de coerções que determinam o que pode e deve ser dito em dado contexto social, determinando, inclusive, a natureza, a forma e os valores dos gêneros discursivos. Daí deriva também o entendimento de que a língua não é suficiente para produzir enunciados. Adota-se aqui a concepção de enunciado formulada por Foucault (2004, p. 110):

Não basta dizer uma frase, nem mesmo basta dizê-la em uma relação determinada com um campo de objetos ou em uma relação determinada com um sujeito, para que haja enunciado. Para que se trate de um enunciado, é preciso relacioná-la com todo um campo adjacente. Ou antes, visto que não se trata de uma relação suplementar que vem se imprimir sobre as outras, não se pode dizer uma frase, não se pode fazer com que ela chegue a uma existência de enunciado sem que seja utilizado um espaço colateral; um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados.

Adam propõe ainda a noção de “co(n)texto” para tratar dos casos em que a interpretação dos enunciados isolados apoia-se tanto na (re)construção de enunciados à esquerda do esquema, Figura 1, e/ou à direita (co-texto), como na operação de contextualização, que consistiria em um processo de recuperação da cena enunciativa que torna possível o enunciado considerado.

Quanto às regulações ascendentes, Adam postula que o papel da linguística textual na análise do discurso consiste em formular teorias e descrições acerca dos encadeamentos de enunciados elementares que constituem o texto. Conforme a Figura 1, as unidades textuais são submetidas a dois tipos de operação de textualização. As de segmentação se referem aos subníveis cujas unidades podem ser estudadas separadamente, como objetos de outras disciplinas, o que afirma o caráter pluridisciplinar da linguística textual. As operações de ligação dão conta da articulação dos diferentes segmentos para construir unidades semânticas pelas quais se reconhece um segmento textual. Nesse modelo, a contra-argumentação é um conteúdo das sequências textuais, mais precisamente das sequências argumentativas.

Adam define as sequências como unidades textuais complexas formadas por um número limitado de proposições-enunciados: as macroproposições. A macroposição é uma espécie de período cuja propriedade principal é a de ser uma unidade ligada a outras macroproposições, todas ocupando posições bem definidas dentro do todo ordenado da sequência. “Cada macroposição adequa seu sentido em relação às outras na unidade hierárquica da complexa da sequência” (ADAM, 2008, p. 204). As sequências se distinguem dos períodos porque sua composição depende de combinações pré-formatadas de proposições. Essas diferentes possibilidades de combinação estão na base das sequências narrativa, argumentativa, explicativa, dialogal e descritiva. Adam atribui às sequências propriedades pragmáticas, classificando-as como macroações sociodiscursivas que a teoria dos atos de fala (AUSTIN, 1990; SEARLE, 1981) não permite descrever.

A sequência argumentativa, tal como Adam a concebe, representa o produto da articulação entre a teoria da argumentação na língua, de Ducrot (1987), Anscombe e Ducrot (1997), e o modelo de argumentação de Toulmin (2006), baseado na lógica, além do princípio dialógico, que situa a argumentação sempre em relação a um contradiscurso efetivo ou virtual. A passagem de um período argumentativo (série de proposições ligadas por conectores) à sequência argumentativa se dá quando sua estrutura linguística evidencia o objetivo de demonstrar-justificar e/ou refutar uma tese ou certos argumentos de uma tese adversa. Dessa forma, a sequência argumentativa prototípica completa apresenta a seguinte forma, já contemplando o tratamento da contra-argumentação:

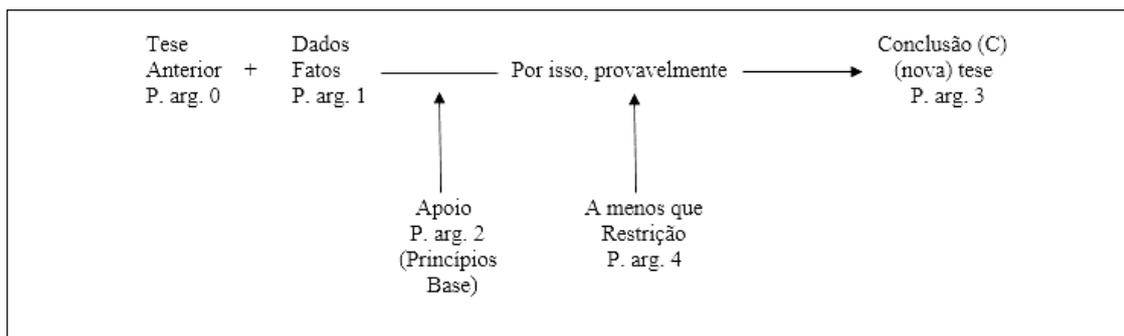


Figura 2: Sequência argumentativa prototípica

Fonte: Adam (2008, p. 233)

Conforme ressalta Adam, o esquema não apresenta uma ordem linear obrigatória. Cada período (P.) constitui um argumento na sequência (arg.) em direção à conclusão (C). A (nova) tese (P. arg. 3) pode ser formulada de início e retomada, ou não, por uma conclusão que a duplica no final da sequência. A tese anterior (P. arg. 0) e os apoios (elementos situados na parte inferior do esquema) podem estar subentendidos. Assim, o esquema comporta duas modalidades de argumentação:

- a) *A justificativa* (P. arg. 1 + P. arg. 2 + P. arg. 3): nesse tipo, o interlocutor é pouco levado em conta e a estratégia argumentativa é dominada pelos conhecimentos apresentados;
- b) *Dialógica* ou *contra-argumentativa* (P. arg. 0 e P. arg. 4): nesse tipo, a argumentação visa a uma transformação dos conhecimentos.

O exemplo a seguir, apresentado por Adam, ilustra o funcionamento do modelo:

[e1] *Dominique Perret, esquiador radical*: “[e2] [neg. C] *Nós não somos camicases suicidas*: [e3] [F1] *CLARO, assumimos riscos*, [e4] [F2] *MAS são calculados*”.

Saindo da forma lógica da sequência para sua expressão linguística co(n)textual, os períodos são expressos como enunciados (e). A asserção entre aspas assinala a mudança de locutor de [e1] para os demais enunciados. O conector CLARO assinala que o locutor aceita, sob a forma de uma concessão, que [F1] (o fato de que “assumimos riscos”) possa ser considerado como um comportamento suicida (asserção de uma conclusão [C] implícita: *poderiam [portanto] pensar que “nós somos camicases”*). O apoio [Base: B1] não está explicitado. Sua interpretação pode ser feita em torno no seguinte raciocínio: assumir riscos é arriscar sua vida; arriscar voluntariamente sua vida é um comportamento suicida similar ao dos combatentes japoneses da Segunda Guerra Mundial [B1]. Por outro lado, o encadeamento diz respeito, por meio de um MAS argumentativo, à restrição. Assim, se assumir riscos [F1] é um comportamento suicida [C], assumir riscos calculados, como profissional, corresponde a um “salvo se/a menos que”. O fato [F2] de calcular os riscos [e4] leva à conclusão não-C (não é um comportamento suicida, mesmo que não possam ser eliminados todos os perigos [e2]).

O modelo descritivo proposto por Adam parte de uma concepção teórica pluridisciplinar da análise textual dos discursos. No entanto, o estudo da sequência argumentativa evidencia os limites da abordagem científica ao tratamento de fenômenos complexos, mesmo em contexto de interação disciplinar. A análise da sequência argumentativa, situada à direita do esquema apresentado na Figura 1, mostra-se completamente independente dos elementos situados à esquerda do mesmo esquema, onde estão dispostos os aspectos discursivos da linguagem. A definição da sequência argumentativa como unidade estrutural escamoteia a complexidade do processo argumentativo nos gêneros do discurso, deixando a impressão de que os procedimentos da análise local facilmente podem ser transpostos para a análise global dos gêneros argumentativos. Sendo assim, o modelo desconsidera os fatores sociointeracionais e discursivos que afetam os sujeitos, as diversas estratégias e técnicas argumentativas e os recursos estilísticos adequados para a materialização de projetos discursivos.

3 A CONTRA-ARGUMENTAÇÃO COMO UM PROCESSO DISCURSIVO COMPLEXO

As abordagens monodisciplinares, diante dos limites decorrentes da observância às regras da racionalidade científica, fornecem apenas representações fragmentárias do todo orgânico da argumentação. Outras perspectivas de estudo que envolvem a argumentação, de modo direto ou indireto, como a nova retórica, de Perelman e Olbrechts-Tyteca, e as teorias de Bakhtin acerca do texto e dos gêneros do discurso, ampliam consideravelmente as possibilidades de estudo do campo, mas ainda deixam de fora de seu escopo certos aspectos fundamentais da argumentação retórica. Por outro lado, o holismo da retórica clássica não pode, de maneira transpositiva, se plasmar adequadamente ao contexto social contemporâneo para responder satisfatoriamente às questões que envolvem a argumentação. Assim, o modelo que propomos leva em conta essas diferentes contribuições, ao mesmo tempo em que reconhece suas limitações, o que nos leva a caracterizar a abordagem transdisciplinar da argumentação como uma prática que não demarca fronteiras rígidas entre teoria e prática, conhecimento científico e outras formas de conhecimento (senso comum, filosófico, artístico, religioso etc.), razão e emoção.

3.1 DISPOSITIVO DE ANÁLISE

Na história dos estudos da linguagem, pode-se afirmar que a retórica foi a única disciplina que conseguiu promover, no ensino de produção de textos, a articulação entre discurso, subjetividade, argumentação e produção de textos no interior de práticas sociais determinadas, considerando a persuasão como uma maneira de pensar investida numa maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar.

Como se sabe, a retórica nasceu na Grécia, no seio de homens que cultivavam como um de seus prazeres mais refinados a oratória, o dom da eloquência. O aparecimento da *polis*, por volta dos séculos VIII e VII a.C., com seu sistema específico de governo, foi um dos acontecimentos decisivos da história do pensamento grego. A existência de uma ou mais assembleias e dos conselhos, com magistrados escolhidos entre personalidades elegíveis, fazia com que as decisões governamentais fossem coletivas, votadas depois da discussão delas nesses conselhos e assembleias, com participação obrigatória para toda a comunidade, que tinha ali direito soberano (excluídos os escravos, as mulheres e os metecos – estrangeiros residentes). Todas as questões de interesse geral que eram da competência do soberano passaram a ser submetidas à arte oratória e teriam de ser resolvidas no final de um debate; portanto, era necessário que elas fossem formuladas em discurso, que entrassem no molde de demonstrações antitéticas, de argumentações contrárias. Entre a política e o *logos* havia, pois, uma ligação estreita, um laço recíproco. No essencial, a arte política era manipulação da linguagem.

A retórica de Aristóteles, graças à sua preocupação de conceituar e distribuir por partes cada passo e todos os mecanismos que interagem na organização da arte da eloquência, tornou-se para a posteridade o manual preceptivo por excelência da melhor maneira de compor o discurso. Ao “aprofundar as premissas e a marcha do silogismo”, ensina um conhecimento muito peculiar do objeto, já que é preciso ver em cada caso, teoricamente, o que pode ser capaz de gerar a persuasão. Daí que suas regras servem não só a um gênero próprio e determinado, mas atuam como substrato de qualquer método que vise a convencer. As provas, que o próprio discurso fornece, são de três espécies: ou residem no caráter moral do orador – o *ethos* (indispensável, principalmente quando não há possibilidade de se obter certeza nas questões tratadas); ou nas disposições que se criam nos ouvintes – o *pathos* (quando se consegue levá-los a sentir uma paixão); ou naquilo que o discurso em si parece mostrar, na construção do raciocínio – o *logos* (neste caso, a verdade ou um simulacro dela).

É preciso adequar essas normas aos três gêneros da retórica – subdivisão que embasará todos os tratados de eloquência posteriores: o gênero deliberativo, quando se aconselha ou desaconselha para que se decida sobre questões de interesse particular ou público; o gênero judiciário, que comporta sempre uma acusação e uma defesa; e o gênero epidíctico, que se volta para o elogio e a censura. Nessas concepções distributivas das funções da oratória está uma das contribuições fundamentais de Aristóteles para a permanência dos conceitos retóricos: ele acaba propondo, indiretamente, o ouvinte, o público, o leitor, o espectador, o enunciatário, o narratário, o co-enunciador etc., como o verdadeiro juiz da eficácia do discurso, fazendo com que toda a teoria convirja para a argumentação. Por isso, o Livro II da Arte retórica gira em torno de uma espécie de teoria das paixões, que, dentre outros conceitos, estabelece a distinção entre *ethos* e *pathos*: no primeiro caso, a persuasão decorre de qualidades centradas na personalidade do orador; no segundo, no público ouvinte. O Livro III da Arte retórica versa sobre a elocução e compõe, com o estudo das paixões, o destaque da obra. Desenvolve-se segundo o preceito da “justa medida”, caro aos gregos:

O estilo terá a conveniência desejada, se exprimir as paixões e os caracteres e se estiver intimamente relacionado com o assunto. Esta relação existe quando não se tratam de modo rasteiros assuntos importantes, nem enfaticamente assuntos vulgares, quando não se enfeita de ornamentos uma palavra ordinária. (ARISTÓTELES, 1959, p. 203)

Tão minuciosos são os desdobramentos dessa proposição, que impõem a divisão dos discursos em partes, cada uma contendo seu estilo próprio: o exórdio, a exposição, a prova e o epílogo. Cabe aqui o elenco das figuras de linguagem que, retomadas pelos romanos, darão um tom mais pragmático à retórica latina.

O surgimento de um novo paradigma discursivo, instituído pela ciência moderna, que aspirava a alcançar a natureza das coisas, excluíra do enunciado as pessoas do enunciador e do enunciatário e vai referendar os mecanismos veredictórios do discurso na impessoalidade de um sujeito que diz “sabe-se”, “é evidente”, “concede-se”. O apagamento, no enunciado, do enunciador e seu saber, por meio de construções impessoais como as citadas e, ainda, por processos de referência como “viu-se que” ou “ver-se-á que”, tem por objetivo produzir o sujeito impessoal, que não mimetiza papel social algum, antes demarca uma posição que, por isso mesmo, indetermina o enunciador do discurso.

À medida que perde sua centralidade, a retórica vai sendo reduzida a uma de suas partes: a elocução. Esta é reproposta, no âmbito do romantismo, como inventário de recursos expressivos, que já não se associam à matéria especificada pela conveniência de cada gênero discursivo, mas se empregam para obter um uso desviante da linguagem, adequado à exigência de originalidade que orienta a produção literária após o século XVIII. Com a preponderância da elocução, o adjetivo “retórico” passa a designar, pejorativamente, o discurso cuja falta de substância estaria encoberta pela ênfase na expressão.

No entanto, a partir dos anos 1960 aparece na Europa uma nova retórica, a de Perelman e Olbrechts-Tyteca, cujo livro mais importante é o *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Nessa obra, seus autores partiram de um problema, não linguístico nem literário, mas filosófico: como fundamentar os juízos de valor? O que nos permite afirmar que isto é justo ou que aquilo não é belo? Em suma, o tratado descreve as estratégias da argumentação racional, mas deixa de reconhecer os aspectos afetivos da argumentação retórica, essenciais à persuasão. Apesar disso, as postulações de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), aliadas a elementos da retórica antiga e das teorias linguísticas contemporâneas, são importantes contribuições para a construção do dispositivo de análise e produção de textos que vai compor o esquema geral da argumentatividade pretendido neste trabalho.

Perelman e Olbrechts-Tyteca estabelecem que não há argumentação possível sem algum acordo prévio entre o orador e seu auditório. Este acordo é obtido por meio de premissas comuns, implícitas ou explícitas, que assumem a forma de valores, fatos, verdades e presunções. O *Tratado* distingue quatro categorias de argumentos:

- 1) *Os quase-lógicos*. Cada um dos argumentos quase-lógicos é aparentado com um princípio lógico, como a identidade ou a transitividade e, assim como eles, são *a priori*, no sentido de que não fazem apelo à experiência.
- 2) *Os que se fundam na estrutura do real*. Não se apoiam na lógica, mas na experiência, nos elos reconhecidos entre as coisas. Aqui, argumentar não é implicar, mas explicar.
- 3) *Os que fundam a estrutura do real*. São empíricos, mas não se apoiam na estrutura do real: criam-na ou, pelo menos, a completam, fazendo que entre as coisas apareçam nexos antes não vistos, não suspeitados.
- 4) *Os que dissociam uma noção*. Os argumentos do quarto tipo consistem em dissociar noções em pares hierarquizados, como aparência/realidade, meio/fim, letra/espírito etc. Distinguem-se assim de todos os outros argumentos, que associam as noções.

Os estudos de Bakhtin representam outra importante contribuição para os estudos da argumentação. Apesar de não tratar da argumentação de maneira explícita, a teoria bakhtiniana dos gêneros do discurso constitui uma referência fundamental quando se trata de pensar a noção de gêneros para além da classificação aristotélica dos gêneros retóricos e literários. Bakhtin (2003) dedicou dois capítulos ao tratamento do tema, *Os gêneros do discurso e O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas*, nos quais apresentou os fundamentos de sua teoria e elencou um conjunto de peculiaridades dos enunciados que será muito útil para este trabalho, na medida em que contribuirá para a elaboração do que se poderia chamar de macroestrutura orgânica dos gêneros do discurso. Ele definiu três aspectos constitutivos do enunciado como unidade de comunicação discursiva:

- i) **A alternância dos sujeitos do discurso**. O enunciado é um elo na cadeia de comunicação discursiva e está disposto para a resposta do outro, para a sua compreensão responsiva, que pode assumir diferentes formas;

ii) **A conclusibilidade específica do enunciado.** Trata-se de uma espécie de aspecto interno da alternância dos sujeitos no discurso, que só pode ocorrer precisamente porque o falante disse tudo o que quis dizer em dado momento sob dadas condições. Essa inteireza é determinada por três elementos intimamente ligados no todo orgânico do enunciado:

- a) *Exauribilidade do objeto e do sentido.* O objeto é objetivamente inexaurível, mas, ao tornar-se *tema* do enunciado, ele ganha uma relativa conclusibilidade em determinadas condições, conforme os objetivos colocados pelo autor.
- b) *Projeto de discurso do autor.* Em cada enunciado abrangemos, interpretamos, sentimos a *intenção discursiva* do autor, que determina o todo do enunciado, o seu volume e as suas fronteiras.
- c) *As formas estáveis de gênero do enunciado.* A intenção discursiva do autor se realiza na escolha de um certo gênero do discurso. Essa escolha é determinada pela especificidade de um dado campo de comunicação discursiva, por considerações temáticas, pela situação em que se dá a comunicação, pela composição pessoal e social de seus participantes etc.

iii) **O estilo do autor.** A oração como unidade da língua não tem autor e só funcionando como enunciado pleno ela se torna expressão da posição do falante individual em uma situação concreta. Assim, a escolha dos meios linguísticos e dos gêneros de discurso é determinada, antes de tudo, pelas ideias do autor centradas no objeto e no sentido. Isso determina as peculiaridades estilístico-composicionais do enunciado, que devem levar em conta, ainda, a relação do enunciado com o próprio autor e com os outros participantes da comunicação.

Bakhtin apresenta uma descrição geral dos enunciados e seus elementos constitutivos que, embora se estenda também aos gêneros argumentativos, não contempla todos os aspectos da argumentação retórica. Mesmo não se tratando de uma perspectiva monodisciplinar, seu escopo não faz referência direta às técnicas argumentativas. A proposta, no entanto, tem o mérito de colocar os gêneros do discurso como conceito nuclear das reflexões sobre a linguagem, ampliando consideravelmente as possibilidades de estudo, se comparada aos gêneros da retórica clássica. A nova retórica sequer apresenta uma classificação ou teorização acerca dos gêneros.

Uma abordagem transdisciplinar da argumentação retórica, na contemporaneidade, não pode desconsiderar essas diferentes perspectivas de estudo, por isso deve dispor de um modelo teórico-metodológico que as contemple, em maior ou menor grau, mas deve ser aberto a ponto de permitir a inserção de outros saberes. A Figura 3 apresenta uma síntese desse dispositivo de análise.

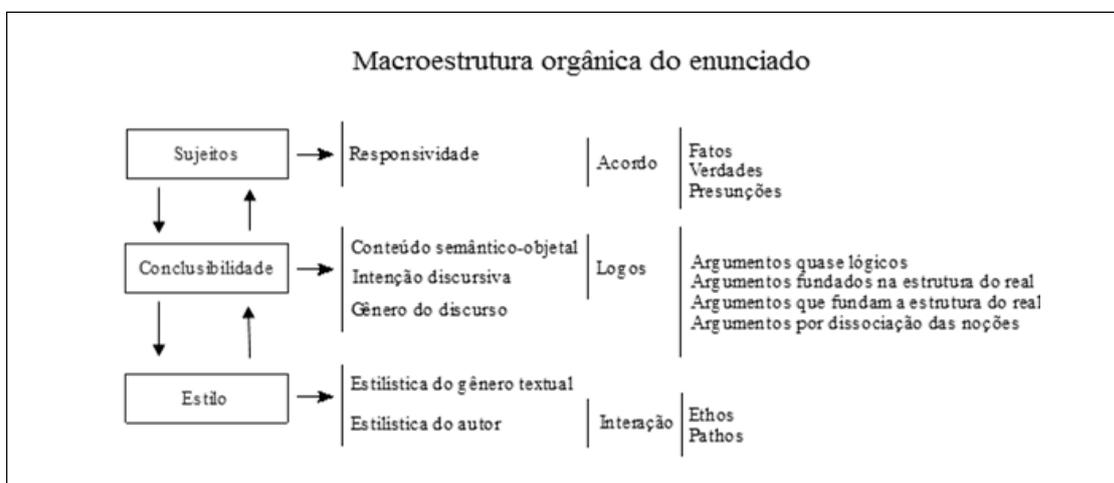


Figura 3: Dispositivo de análise/produção de textos argumentativos

Fonte: Elaboração própria.

A contra-argumentação é um processo responsivo, dialógico, através do qual se recusa, de maneira total ou parcial, ideias postas em determinado contexto. Nesse sentido, sua construção coloca em funcionamento todos os elementos presentes na Figura 3. Quem contra-argumenta parte sempre de ideias de outrem que pretende invalidar, e isso é uma condição para estabelecer sua opinião acerca de determinado assunto. Trata-se de um processo complexo que envolve algumas etapas formais e funcionais, conforme ilustra a Figura 4.

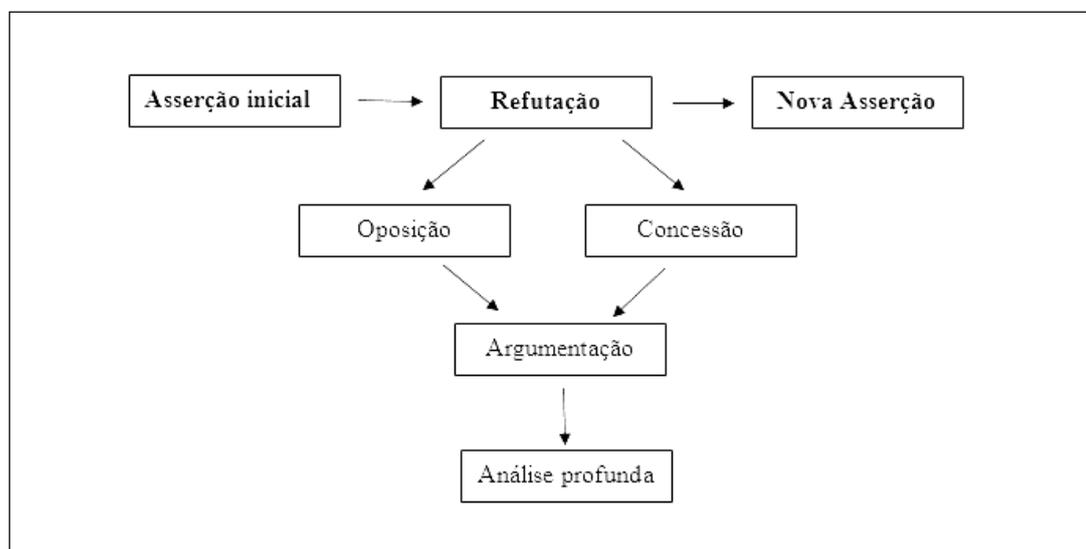


Figura 4: Estrutura da contra-argumentação

Fonte: Elaboração própria.

O esquema apresenta uma ordem ou sequência das etapas e procedimentos que constituem a contra-argumentação, aplicáveis tanto ao nível local, isto é, dos períodos ou parágrafos, como no nível global, que recobre todo o projeto discursivo materializado em um gênero textual específico. A asserção inicial, que pode ser uma tese ou um argumento, deve ser o ponto de partida de qualquer projeto contra-argumentativo. A refutação é o processo através do qual se pretende negar parcial ou totalmente a asserção inicial. Quando ocorre a negação total, significa que o autor rejeita completamente a asserção alheia, configurando a contra-argumentação opositiva; quando o autor admite a possibilidade de assentir com parte do exposto na asserção inicial, procede à contra-argumentação concessiva, preservando o conteúdo com que está de acordo ao mesmo tempo em que rejeita o fundamento central da afirmação alheia. A atitude opositiva ou concessiva do autor se explicita no texto através de recursos linguísticos que vão além dos marcadores argumentativos discretos estudados pelas teorias da argumentação na língua (ASCOMBRE; DUCROT, 1997; KOCH, 2004; GUIMARÃES, 2007), sendo possível que orações ou períodos possam funcionar como marcadores de refutação.

Após tornar explícita sua posição acerca da asserção inicial, o autor deve apresentar uma análise em que justifica e aprofunda sua avaliação e, para isso, será preciso recorrer a argumentos centrados no *ethos*, no *pathos* ou no *logos*, incluindo a possibilidade do uso de falácias, que são argumentos logicamente inválidos. A análise profunda prepara o caminho para a apresentação da asserção final, que pode representar a tese ou o argumento do autor. O estilo empregado pelo autor para construir a contra-argumentação será definido em função da maior ou menor liberdade permitida pelas características estilísticas do gênero discursivo e da situação comunicativa.

4 A CONTRA-ARGUMENTAÇÃO NO ARTIGO DE OPINIÃO

Nesta seção, utilizaremos o dispositivo teórico-metodológico transdisciplinar apresentado para analisar o gênero artigo de opinião. Inicialmente, situaremos o gênero no contexto das práticas sociais efetivas, isto é, no âmbito das relações entre jornalismo e sociedade, o que implica considerar as coerções sociodiscursivas que determinam a natureza, as características, o estilo do artigo de opinião, além de determinar a forma como esses fatores influenciam os sujeitos e são por eles afetados. Em seguida, serão analisados e avaliados os procedimentos retóricos empregados em um artigo de opinião.

4.1 *ETHOS* E ORDEM DO DISCURSO NO JORNALISMO

O jornalismo, como campo da atividade humana que põe em contato profissionais da informação/opinião e a sociedade em torno de questões de interesse geral, é objeto de muitas representações no imaginário social. O *ethos* prévio jornalístico, ou seja, o conjunto de imagens através das quais se compreende a natureza e as funções do jornalismo, pode ser interno, relativo às representações que os profissionais têm da própria atividade, ou externo, quando se fizer referência às diferentes formas de compreensão da atividade jornalística pela sociedade em geral. Essas representações podem convergir ou divergir em vários aspectos, sobretudo em relação aos fins e aos meios da atividade jornalística. Por exemplo, o princípio da liberdade de imprensa como elemento democrático pode gerar críticas à atuação dos jornalistas quando as notícias ou matérias se referirem negativamente a sujeitos, entidades ou grupos políticos que se sintam prejudicados pelas informações veiculadas. Nesses casos, embora os jornalistas recorram a procedimentos que visem a conferir objetividade às informações transmitidas, seu *ethos* prévio externo pode dificultar a cooperação do leitor, que pode não se mostrar suscetível a aceitar os conteúdos divulgados. Isso demonstra que a produção do texto jornalístico não é uma atividade simples, antes reflete um jogo de forças e representações que precisa ser adequadamente enfrentado pelos profissionais e exige uma recepção criticamente adequada por parte dos leitores.

No âmbito profissional, do *ethos* interno, o jornalismo é também uma atividade comercial aliada à sua função social relacionada ao tratamento e à transmissão da informação. Esse é, sem dúvida, um fator de tensão nas relações da imprensa com a sociedade, uma vez que a lógica comercial impõe à atividade jornalística uma série de coerções, advindas do meio publicitário, que não costumam ser bem vistas socialmente. Assim, um desafio para o jornalismo consiste em cumprir bem suas funções ligadas à comunicação, sem abrir mão do lado comercial. Marshal (2003, p. 17) adverte que

O jornalismo sofre mutações radicais e passa a ser constituído e normatizado pela ética da liberdade capitalista pós-moderna. A ética do capital penetra e se imiscui na imprensa com o poder de um *deus ex machina* da pós-modernidade. A antes imaculada linguagem do interesse público acaba tornando-se preferencialmente uma esfera de manipulações e licenciosidades. A imprensa passa, conseqüentemente, a falar a linguagem do capital.

Nessa linha, Noblat (2014) ressalta que a busca por anunciantes determina que o jornalismo seja capaz de transformar o importante em interessante. Isso afeta, por exemplo, a seleção de temas e notícias (as negativas são preferíveis às positivas), fazendo com que seja escolhido aquilo que apresenta mais possibilidades de cair no gosto do público. Noblat destaca ainda a importância dos títulos e das manchetes, fazendo reflexões, inclusive, sobre o uso dos verbos e sinais de pontuação que podem aproximar ou afastar o leitor.

As relações entre o jornalismo e a publicidade estão na base do *ethos* prévio externo que coloca dúvidas sobre a imparcialidade jornalística. Subjaz a esse ceticismo certo ideal ou uma crença infundada de que a imprensa deve ser imparcial, portanto, objetiva. Traquina (2012) assume que a objetividade jornalística, ao contrário do que se supõe, não significa a negação da subjetividade, mas a adoção de uma série de procedimentos que os profissionais utilizam para assegurar um nível de credibilidade e, assim, evitar possíveis críticas a seu trabalho.

Langa e Sicilia (2015) corroboram a tese da objetividade como um efeito discursivo, mas entendem que os limites e possibilidades da interpretação estão relacionados, também, com as coerções impostas pelos diferentes gêneros discursivos. Partindo da classificação geral entre gêneros informativos e opinativos no âmbito do jornalismo, postulam que, nos primeiros, a interpretação se refere a fatos e situações, enquanto, nos últimos, a interpretação adota um viés moral. Além disso, a funcionalidade dos diversos gêneros de informação ou de opinião estabelece outro traço distintivo. Enquanto a interpretação, nos gêneros informativos, requer causas, dados comprobatórios e fatos, a opinião representa um juízo pessoal expresso de acordo com a liberdade de pensamento sobre questões discutíveis. Diante disso, os procedimentos de construção da objetividade se aplicam, sobretudo, aos gêneros informativos. Nos gêneros de opinião, o que se espera é exatamente o exercício da liberdade de expressão argumentativa por parte de quem escreve.

4.2 A RETÓRICA DO ARTIGO DE OPINIÃO

No jornalismo, diferentes gêneros são classificados como pertencentes ao domínio opinativo: o editorial, o artigo, a crônica, o comentário, a resenha, a carta ao leitor e a carta do leitor. Embora haja princípios funcionais, formais, temáticos e estilísticos para distingui-los, na prática não é uma tarefa tão simples. Em geral, os veículos de comunicação estabelecem espaços específicos para a alocação de cada gênero e esse acaba sendo um critério distintivo adicional. Assim, o editorial, a carta ao leitor e a do leitor aparecem em espaços bem definidos que favorecem sua rápida identificação. Contudo, o mesmo não se aplica com os gêneros artigo de opinião, crônica e comentário, apesar de aparecerem numa seção chamada coluna. Esse espaço se caracteriza por apresentar gêneros de caráter pessoal, criativo, marcados pela apresentação de recursos literários, pela liberdade de escolha do tema, pela importância do estilo subjetivo do autor, e cuja força expressiva se baseia, muitas vezes, na combinação de recursos intelectuais e emocionais.

Diante da dificuldade de distinguir de maneira definitiva os gêneros de opinião, Langa e Sicilia (2015) utilizam a expressão “artigo de opinião” ora em sentido lato, como uma designação genérica que engloba todos os gêneros jornalísticos opinativos, ora em sentido restrito, referindo-se apenas aos que aparecem nas colunas. Esta última será a concepção adotada neste trabalho.

A principal característica das colunas é a liberdade que tem o colunista para escolher temas, assim como para decidir a forma de abordá-los, a linguagem e o tom para expressar as ideias. O articulista se converte, assim, em um polo de atração para os leitores que compartilham de sua forma de pensar, estabelecendo com eles relações de cumplicidade e confiança.

Quando tem diante de si um artigo de opinião, a maioria dos leitores não imagina que foram necessárias algumas etapas preliminares que envolvem a concepção, o planejamento e a finalização do texto. A seguir, serão apresentados os elementos retóricos que são acionados por um articulista desde a concepção até a apresentação do texto como um produto acabado.

Intelecção ou compreensão

O artigo de opinião pode versar sobre os temas mais variados, conforme o subtipo de jornalismo (cultural, político, investigativo, esportivo etc.). Do ponto de vista semântico-objetual, o tema é o elemento que confere unidade ao discurso; do ponto de vista dialógico, evidencia as relações interativas entre sujeitos e suas intenções comunicativas (responsividade). A *intelecção* ou *compreensão* é a fase em que o autor define o tema do artigo e sua intenção comunicativa. Tal processo envolve a avaliação de uma série de fatores que determinam as possibilidades de tratamento do tema e sob quais circunstâncias é mais conveniente abordá-lo; para isso, exige-se conhecimento de mundo, pesquisa e reflexão por parte do autor.

Nos textos argumentativos, é preciso atentar para o detalhe de não se confundir o tema com o assunto. A diferença do assunto para o tema reside na manifestação da intencionalidade: o assunto se apresenta apenas como um objeto de referência do discurso argumentativo, enquanto o tema se caracteriza por apresentar a opinião do autor acerca do assunto e, dessa forma, define a orientação argumentativa do texto. Em textos não argumentativos, o assunto pode identificar-se com o tema, mas isso não ocorre nos textos caracterizados pelo objetivo de convencer ou persuadir. O tema se expressa através da tese, um enunciado de natureza proposicional que expressa a opinião do autor, e sua formulação leva em conta os elementos que Perelman e Olbrechts-Tyteca agrupam no conceito de acordo (verdades, valores e presunções).

A *intelecção* é, portanto, uma fase preliminar da produção textual que demanda um processo de amplificação compreensiva do tema, impondo ao autor a necessidade de buscar ideias adjacentes ou secundárias que permitam o aprofundamento da argumentação.

Seleção

Essa é também uma fase preliminar da produção textual, em que o autor deve realizar a busca e seleção de argumentos para sustentar a tese. Desde a retórica clássica, distinguem-se três tipos de estratégias argumentativas: as baseadas no raciocínio lógico (*logos*), as que atuam sobre as emoções do receptor (*pathos*) e as ligadas ao caráter e à credibilidade do emissor (*ethos*). Dependendo do tema

abordado, pode existir no texto o predomínio de um tipo de prova, tornando-a emocional, racional ou ética; em outros, pode-se dar uma combinação das distintas estratégias.

Graças ao *ethos*, o autor do artigo de opinião estabelece cumplicidade com o leitor, orienta-o na recepção de ideias, justifica a intenção comunicativa do texto e, dessa forma, obtém a legitimidade necessária para tratar dos temas. Por essa razão, é comum que as empresas de comunicação contem, em seu quadro de colunistas, com profissionais de outras áreas além do jornalismo (literatos, artistas, sociólogos, filósofos, esportistas, historiadores, políticos, economistas etc.), para, apoiando-se no *ethos* prévio que possuem junto à sociedade, atrair mais leitores.

O recurso de incluir no texto as emoções e os sentimentos do autor busca gerar emoções e despertar a simpatia do leitor. Embora seja comum opor o *ethos* e o *pathos* ao *logos*, não podemos perder de vista que tanto a construção da imagem de emissor quanto o uso de estratégias para provocar emoções no receptor são procedimentos racionais adotados em função das intenções comunicativas. Nesse sentido, podem ser empregados tantos argumentos racionais como falácias (argumentos que não se sustentam logicamente) para construir a imagem do emissor e para despertar emoções no receptor. Nessa perspectiva, o *logos* seria a estratégia argumentativa central.

Elaboração

Essa fase envolve o planejamento e a elaboração das primeiras versões do texto, de acordo com a forma composicional do gênero discursivo. As tarefas de planejar e escrever podem se dar em momentos distintos ou concomitantemente. Aqui, são acionados e organizados os elementos elencados ou definidos nas fases de intelecção e seleção para a composição textual. O artigo de opinião, como vários outros gêneros, apresenta três unidades estruturais básicas: introdução, desenvolvimento e conclusão.

A introdução tem como finalidade principal captar a atenção do leitor. Seus dois elementos constitutivos principais são a contextualização e a problematização. No primeiro, apresenta-se a ideia ou o fato motivador do texto, a partir do qual o autor define o tema. No segundo, com base na tese do autor, formula-se o problema que será objeto de reflexão no texto. Eventualmente, a tese pode ser explicitada na introdução, porém, mesmo quando isso não ocorre, já é possível identificar a orientação argumentativa do texto através das marcas linguísticas presentes na forma de apresentar a contextualização e a problematização.

O desenvolvimento é o espaço do debate argumentativo. Cada parágrafo que o compõe apresenta um fragmento do debate e gira em torno de uma ideia adjacente ao tema. Apesar da predominância do emprego de técnicas argumentativas tipicamente identificáveis como tais, a argumentação envolve o uso de atos de linguagem expositivos, narrativos, conversacionais etc. O debate argumentativo tem como finalidade traçar o percurso reflexivo pelo qual o autor busca conduzir o leitor ao desfecho persuasivo pretendido. Quando a tese é apresentada na introdução, a argumentação se aproxima de uma demonstração. Em geral, a apresentação das ideias nos parágrafos do debate argumentativo obedece a uma gradação crescente, em que se parte do argumento mais fraco para finalizar com o mais forte.

A conclusão é o momento/espaço em que se finaliza o processo argumentativo em direção à tese e em que se encaminha a resposta do autor ao problema apresentado na introdução. A estrutura completa da conclusão compõe-se de sumarização, que sintetiza os argumentos apresentados no desenvolvimento; da (re)afirmação da tese, amparada e fortalecida pela argumentação desenvolvida; da resposta ao problema inicial, que pode ser a própria tese, uma proposta de solução ou mesmo uma nova problematização, sinalizando que a solução do problema de partida exige o enfrentamento de outros problemas.

Expressão

Essa fase lida com a revisão e o ajuste da expressão verbal dos argumentos elencados na seleção e ordenados na fase de elaboração textual. Aqui os objetivos são: definir o estilo e o tom dominantes no texto, assim como os recursos ornamentais a serem empregados. Uma boa escolha dos recursos estilísticos (linguísticos e pragmáticos) contribui decisivamente para o sucesso do

projeto discursivo do autor. O estilo liga-se diretamente ao tom que se deseja imprimir à elocução, se sóbrio ou comedido, agressivo ou ponderado, grave ou satírico etc.

Como já foi dito, o artigo de opinião é um gênero que prevê liberdade estilística ao autor e, por isso, não está comprometido com os princípios da objetividade que caracterizam os gêneros informativos. No entanto, isso não significa que o autor possa descuidar-se totalmente de observar as normas estabelecidas nos manuais de estilo elaborados pelas empresas de comunicação em que atuam, ou que possam sempre assumir posições à revelia do que estabelece a linha editorial adotada pela empresa.

4.3 ANÁLISE RETÓRICA DE UM ARTIGO DE OPINIÃO

Nesta seção, procederemos à análise de um artigo de opinião a partir do modelo retórico delineado na seção precedente. O texto do jornalista André Petry foi publicado na edição da revista *Veja* do dia 30 de junho de 2007.

Você entregaria seu filho?

(P1) *"Tchau, filho." Foi assim que Ludovico Bruno se despediu do filho Rubens, de 19 anos, que ajudou a espancar a doméstica Sirlei Dias de Carvalho Pinto, no Rio de Janeiro. Com o filho partindo a bordo de um carro de polícia, Ludovico, o pai, chorou, passou a mão na cabeça, zanzou desorientado e acabou dando uma declaração que provocou espanto mais ou menos generalizado. Em defesa do filho, disse:*

– Eles cometeram erro? Cometeram. Mas não vai ser justo manter presas crianças que estão na faculdade, estudando, trabalhando.

(P2) *Ludovico Bruno está errado? Ludovico Bruno está moralmente obrigado a defender a prisão do filho? Ludovico Bruno deve colocar a exigência de justiça acima do sentimento paterno? A resposta: Ludovico Bruno está perplexo – e que atire a primeira pedra o pai que, numa situação parecida, não caísse na perplexidade e vacilasse entre defender o filho e a justiça. Porque, no Brasil, há fortes razões para vacilar.*

(P3) *A primeira, a primeiríssima, é que estamos no país da mais amarga impunidade. Se – Ludovico deve se perguntar – ninguém vai preso, se o assassino confesso da jornalista Sandra Gomide está livre, se os senadores debocham do país com explicações vergonhosas sobre seus milhões aos borbotões, se as quadrilhas do mensalão, dos vampiros, dos sanguessugas estão todas livres e leves e soltas, por que o meu filho deve ser preso? Por que só o meu filho?*

(P4) *Eis a distorção que a impunidade causa. Claro que não há dúvida sobre a necessidade, a correção e a importância da punição a Rubens Bruno e a seus comparsas por espancarem covardemente uma mulher indefesa numa parada de ônibus. Isso não está em discussão. O que está em discussão, o que deve resultar em reflexão, é a perplexidade de um pai mediante a iminente punição de seu filho num país em que a impunidade é uma regra repulsiva. E, mesmo aceitando a punição, qual a punição adequada? Cadeia?*

(P5) *Eis a segunda razão para a perplexidade de Ludovico: prisão para quê? Se – Ludovico deve se perguntar – ninguém vai preso, se as prisões do país são desumanas, por que o meu filho, só o meu filho, deve ser enviado a essa sucursal do inferno? É com prisões assim, transbordando de crueldade e rebaixando homens a animais, que se quer pais entregando filhos criminosos à polícia em nome da justiça? Você, leitor, entregaria seu filho, que cometeu uma violência covarde, para coisificar-se na barbárie das prisões brasileiras?*

(P6) *A sociedade brasileira está se especializando em hipocrisia. O espancamento da doméstica produziu a mais recente: solidarizar-se com ela é imperioso, mas, em paralelo, xingar o pai pela defesa do filho é uma hipocrisia – em um país, repita-se, em que se combinam impunidade debochada e prisões desumanas.*

(P7) *Ainda que punição boa seja sempre para os outros, para o filho dos outros, é preciso reconhecer que só seremos um país capaz de se espantar com a declaração de Ludovico no dia em que criminosos, de gravata ou de chinelo, acabarem na cadeia pelos crimes que cometerem – e a cadeia for um local de punição, sim, mas não de selvageria.*

André Petry, *Veja*, 30 de junho de 2007.

Intelecção

A escrita do texto foi motivada pelo crime de espancamento sofrido por Sirlei Dias de Carvalho Pinto, uma empregada doméstica. Na madrugada do dia 23 de junho de 2007, Sirlei saía da casa onde trabalhava, na Barra da Tijuca, e esperava o ônibus para ir a uma consulta médica em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, quando um carro com os cinco rapazes parou, e os jovens saltaram e começaram a agredi-la.

O crime causou grande comoção nacional e, diante da impossibilidade racional de defesa dos agressores, o autor decidiu escrever sobre a reação social às declarações do pai de um dos jovens, que se pronunciou expressando posição contrária à prisão de seu filho e dos demais, alegando que se tratava de pessoas que, apesar do crime que cometeram, estavam na universidade e trabalhando. A tese do texto busca refutar o consenso social de que o pai deveria entregar seu filho à polícia para pagar pelo seu crime e pode ser formulada da seguinte maneira: no Brasil, a punição boa é a aquela que se aplica ao filho dos outros. O elemento a que o autor recorre para estabelecer o acordo com o leitor é a presunção, ou seja, uma suposição tomada como verdade. Propõe-se, assim, uma tese em que o *pathos* será a estratégia predominante de argumentação.

Seleção

A argumentação do autor gira em torno, fundamentalmente, do *pathos*, ou seja, dirige-se à emoção dos leitores com o intuito de fazê-los contrariar seus valores morais referentes à justiça. Despertar a emoção, no discurso persuasivo, não necessariamente compromete a ética da argumentação, contudo o uso deliberado e intencional de falácias, sim. O texto se estrutura em torno das falácias apresentadas na Tabela 1, por meio das quais o autor constrói sua contra-argumentação.

Tipo de falácia	Descrição
Apelo emocional	Tentar manipular uma resposta emocional no lugar de um argumento válido ou convincente. Apelos à emoção incluem apelos ao medo, inveja, ódio, piedade, orgulho e muito mais. É importante notar que, por vezes, um argumento logicamente coerente pode inspirar emoção ou ter um aspecto emocional, mas a falácia ocorre quando a emoção é usada em vez de um argumento lógico ou de maneira que obscureça o fato de que nenhuma razão racional convincente existe para sua posição.
Tu quoque	“Você também” ou apelo à hipocrisia. Responder uma crítica com a própria crítica. Desvia do ônus de responder a uma crítica de maneira articulada jogando ela de volta para o acusador, mostrando que este também está sujeito à mesma crítica. Esta é uma falácia, pois em nenhum momento o argumentador se defende da crítica.
Pergunta Carregada	Fazer uma pergunta carregada com um pressuposto, de forma que não possa ser respondida sem que o adversário caia em contradição.
Falácia Anekdotica	Usar uma experiência pessoal, relato ou exemplo isolado como evidência.

Tabela 1: Tipos de falácia

Fonte: Elaboração própria.

Elaboração

Ao longo do texto, o autor instaura dois planos discursivos: o narrativo, por meio do qual coloca o leitor em contato com a personagem Ludovico Bruno, pai de Rubens Bruno, um dos agressores de Sirlei Pinto; e o argumentativo propriamente dito, através do qual estabelece a relação autor-leitor. O objetivo dessa estratégia é favorecer a construção de uma cumplicidade entre a personagem e o leitor, de modo que este, ao compartilhar das emoções daquele, apresente-se mais suscetível a uma argumentação centrada no *pathos*. Ao demonstrar empatia com a personagem, o leitor tem uma propensão maior a acatar estratégias persuasivas

que apelem para suas emoções. O título do texto *Você entregaria seu filho?* já antecipa uma falácia que atravessará o texto, a *tu quoque*, usada com o objetivo de demover o leitor de qualquer tentativa de fundamentar sua avaliação em argumentos racionais.

Na introdução (P1-P2), o autor apresenta o fato que motiva o texto através da narrativa. O recorte que ele faz da situação desloca o olhar do leitor, que passa a analisar o ocorrido pelo prisma de um pai que sofre com a prisão de seu filho, e não mais pela via da necessidade de punição a um criminoso. A utilização de um narrador onisciente e do discurso direto coloca o leitor em contato com a personagem justamente através da declaração de Ludovico que provocou a reação social que, mais adiante, o autor classificará como manifestação de hipocrisia: — *Eles cometeram erro? Cometeram. Mas não vai ser justo manter presas crianças que estão na faculdade, estudando, trabalhando.* A contextualização termina com a retomada do plano argumentativo do discurso e a apresentação do problema: *no Brasil, há fortes razões para vacilar entre defender o filho e a justiça.* Antes disso, porém, Petry recorre ao uso de outra falácia, a pergunta carregada, técnica que consiste em formular questões cujas respostas apresentem grandes possibilidades de conduzir o adversário a contradições. A resposta que o próprio autor apresenta às perguntas (*Ludovico Bruno está errado? Ludovico Bruno está moralmente obrigado a defender a prisão do filho? Ludovico Bruno deve colocar a exigência de justiça acima do sentimento paterno?*) atesta que o objetivo delas era obrigar o leitor a confrontar sua própria convicção acerca de qual deveria ser a atitude do pai: *Ludovico Bruno está perplexo – e que atire a primeira pedra o pai que, numa situação parecida, não caísse na perplexidade e vacilasse entre defender o filho e a justiça.* Verifica-se que a resposta dada não responde às perguntas, mas coloca o leitor em xeque, reafirmando, de modo contextualizado, a falácia *tu quoque* já enunciada no título. A tese não é formalmente apresentada, embora já esteja diluída na provocação feita ao leitor: *e que atire a primeira pedra o pai que, numa situação parecida, não caísse na perplexidade e vacilasse entre defender o filho e a justiça.*

No desenvolvimento (P3-P5), o autor amplifica o processo de contra-argumentação. A introdução finaliza com o marcador de refutação: *no Brasil, há fortes razões para vacilar.* Em dois dos três parágrafos do desenvolvimento, Petry vai apresentar essas razões. No primeiro deles, enuncia a primeira: *estamos no país da mais amarga impunidade.* Nesse momento, o autor retoma o plano da narrativa, e o narrador onisciente age como um porta-voz da personagem, formulando um conjunto de questões que apresentam exemplos de impunidade, até finalizar com a seguinte pergunta: *Por que só o meu filho?* Esse parágrafo apresenta duas falácias: a anedótica e o apelo à emoção. A falácia anedótica consistiu em utilizar casos isolados para concluir, generalizando, pela defesa do argumento da impunidade. Ora, se fosse “apenas” o filho de Ludovico Bruno a ser preso, como explicar a conhecida superlotação dos presídios? No máximo, o autor poderia usar os exemplos de impunidade que cita para denunciar a parcialidade da justiça ao julgar de maneira distinta casos que envolvem pessoas famosas ou ricas de um lado, e anônimas ou pobres de outro. Ainda assim, não caberia a generalização. Dessa forma, a pergunta da personagem – *Por que só o meu filho?* – visa à manutenção da empatia do leitor em relação ao drama do pai, reforçando a falácia do apelo à emoção.

No parágrafo seguinte, o autor reconduz o leitor ao plano da argumentação e pressupõe uma possível objeção ao argumento de Ludovico Bruno, qual seja: *Mas, a impunidade verificada em outros casos justificaria a impunidade de seu filho? O senhor acha certo que ele saia impune do crime que cometeu?* Petry até admite que a necessidade de punição ao filho não é algo a ser posto em dúvida. Nesse ponto, o autor evidencia a natureza concessiva de sua contra-argumentação. Contudo, enfatiza que a discussão deve ter outro foco: *O que está em discussão, o que deve resultar em reflexão, é a perplexidade de um pai mediante a iminente punição de seu filho num país em que a impunidade é uma regra repulsiva.* Dessa forma, reforça o apelo à emoção. O parágrafo termina com a resposta a mais uma possível objeção do leitor: *ainda assim Rubens Bruno deve receber alguma punição.* Petry, então, pergunta: *qual a punição adequada? Cadeia?*

No último parágrafo do desenvolvimento, o autor retorna ao plano da narrativa. Utilizando o narrador onisciente especulativo, permite a elocução direta entre narrador e leitor, iniciando pela retomada da generalização construída através da falácia anedótica: *Se – Ludovico deve se perguntar – ninguém vai preso, se as prisões do país são desumanas, por que o meu filho, só o meu filho, deve ser enviado a essa sucursal do inferno?* O discurso do narrador termina com a retomada da falácia do apelo emocional: *É com prisões assim, transbordando de crueldade e rebaixando homens a animais, que se quer pais entregando filhos criminosos à polícia em nome da justiça?* O parágrafo finaliza com o retorno ao plano da argumentação, onde o autor, mais uma vez, confronta o leitor, recorrendo à falácia *tu quoque*: *Você, leitor, entregaria seu filho, que cometeu uma violência covarde, para coisificar-se na barbárie das prisões brasileiras?*

A conclusão abrange os dois últimos parágrafos do texto (P6-P7), nos quais o autor retorna definitivamente ao plano da argumentação. O primeiro deles cumpre a função de sumarizar as posições falaciosas assumidas pelo autor: *A sociedade brasileira está se especializando em hipocrisia. O espancamento da doméstica produziu a mais recente: solidarizar-se com ela é imperioso, mas, em paralelo, xingar o pai pela defesa do filho é uma hipocrisia – em um país, repita-se, em que se combinam impunidade debochada e prisões desumanas.* O segundo se inicia com a afirmação da tese: *Ainda que punição boa seja sempre para os outros, para o filho dos outros, e termina com uma problematização: é preciso reconhecer que só seremos um país capaz de se espantar com a declaração de Ludovico no dia em que criminosos, de gravata ou de chinelo, acabarem na cadeia pelos crimes que cometerem – e a cadeia for um local de punição, sim, mas não de selvageria.*

Expressão

A coluna tem como uma de suas principais características a liberdade estilística do autor. O artigo de opinião, ao contrário dos gêneros jornalísticos de natureza informativa, permite ao autor utilizar recursos estilísticos variados para estabelecer sua relação com o leitor. No texto opinativo, os procedimentos de construção da objetividade não são determinantes do estilo a ser adotado no texto, e, conseqüentemente, os processos de estruturação textual, dentre os quais estão as sequências ou tipos textuais, se apresentam como recursos à disposição do arbítrio do autor.

Desde o título, o autor estabelece uma relação dialógica com o leitor, evidenciando sua opção por falar diretamente com ele, provocando-o a confrontar suas próprias convicções. A instauração de dois planos, o narrativo e o argumentativo, desdobra a interlocução do leitor ora com o autor, ora com a personagem de um drama real, e a alternância entre esses planos favorece, a partir da empatia que a dor do pai provoca no leitor, o uso de uma contra-argumentação centrada no *pathos*. Essa dupla interlocução impõe também uma alternância do tom empregado pelos locutores. Assim, o emprego do discurso direto na narrativa evidencia o desespero e a perplexidade do pai, enquanto o autor explicita sua indignação diante da reação social à declaração de Ludovico Bruno, que ele classifica como demonstração de hipocrisia.

A opção do autor por tratar do fato pela perspectiva do pai obriga-o a desenvolver uma contra-argumentação falaciosa como estratégia para evitar a seguinte aporia: defender a atitude do pai, que se mostrou refratário à prisão dos agressores, implicaria negar a aplicação da lei e, por conseguinte, reforçar o argumento da impunidade apresentado pelo próprio autor. Diante desse impasse, o autor recorre às falácias anedóticas, *tu quoque*, apelo à emoção e pergunta carregada.

Do ponto de vista linguístico, predomina a função referencial da linguagem, com pouco uso de adjetivos. O texto segue a tendência jornalística de eliminar o uso frequente de conjunções na função de marcadores argumentativos como forma de favorecer a clareza. Assim, os períodos são justapostos de uma maneira que o próprio leitor possa estabelecer as relações de sentido entre eles. Merece destaque o uso do operador concessivo *Ainda que* para, ao mesmo tempo, introduzir a afirmação da tese e a nova problematização que finaliza o texto. Desse modo, a contra-argumentação concessiva se manifesta no nível global.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem transdisciplinar da argumentação permite o tratamento de fenômenos que se encontram entre, aquém e além das disciplinas. A retórica clássica foi capaz de elaborar uma teoria da prática argumentativa que aliava saber e fazer num contexto sociopolítico em que a arte de argumentar era uma habilidade fundamental. Não sem transformações, a retórica se manteve como um saber prático indispensável até que, no século XIX, com o triunfo da ciência positivista, seu descompromisso com a verdade como um valor independente do discurso chocou-se com o ideal de um mundo regido pela racionalidade científica.

O interesse científico pela argumentação fechou-a num hermetismo formal, inspirado na lógica e, portanto, incapaz de abarcar a complexidade do discurso como prática social e política. Da abordagem da argumentação na língua ao estudo das sequências ou tipos textuais, o estudo da argumentação esteve, em face de sua adequação às regras da racionalidade científica moderna, limitado a

descrições sempre parciais que buscavam regular e neutralizar os efeitos de sua complexidade. Dessa forma, tudo o que escapava às possibilidades de um estudo objetivo foi desconsiderado pela ciência.

A nova racionalidade agrupou os saberes em disciplinas distintas e erigiu fronteiras entre elas que só recentemente estão sendo questionadas. A transdisciplinaridade representa uma reação ao problema da fragmentação do saber, questionando sua utilidade e os critérios de sua produção, diante da necessidade de respostas para problemas complexos. A argumentação, como prática social e como objeto de ensino-aprendizagem, é seguramente um desses problemas. Partindo desse pressuposto, o dispositivo teórico-metodológico aqui proposto articulou saberes da retórica clássica, da nova retórica, do dialogismo e da teoria dos gêneros do discurso, de Bakhtin, além da linguística textual, mantendo a abertura para a inclusão de outros saberes disciplinares (sociologia, filosofia, antropologia etc.) ou do senso comum, tendo em vista, por um lado, elaborar representações amplas do objeto e, por outro, projetar sua dimensão aplicada ao ensino. Neste trabalho, o espaço foi suficiente apenas para tratar do primeiro aspecto. Apesar disso, a análise retórica do artigo de opinião realizada a partir do dispositivo apresenta elementos que podem suscitar questões importantes a serem consideradas na avaliação de propostas que concebem o gênero textual como instrumento pedagógico.

REFERÊNCIAS

- ADAM, J. M. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. Trad. Maria das Graças Soares Rodrigues et. al. São Paulo: Cortez, 2008.
- ANSCOMBRE, J-C.; DUCROT, O. *L'argumentation dans la langue*. 3. ed. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1997.
- ARISTÓTELES. *Arte retórica, arte poética*. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1959.
- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4. ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- CÍCERO. *Retórica a Herênio*. Trad. Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. 7. ed. Trad. L. F. Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
- GUIMARÃES, E. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.
- JAPIASSU, H. *O sonho transdisciplinar e as razões da filosofia*. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. 9. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2004.
- LANGA, E. A.; SICILIA, C. B. *La persuasión periodística: retórica del artículo de opinión*. Barcelona: Editorial UOC, 2015.
- MARSHAL, L. *O jornalismo na era da publicidade*. 2. ed. São Paulo: Summus, 2003.

NEVEU, E. *Sociologia do jornalismo*. Trad. Daniela Dariano. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

NOBLAT, R. *A arte de fazer um jornal diário*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SEARLE, J. R. *Os actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem*. Trad. Carlos Vogt et al. Coimbra: Livraria Almedina, 1981.

TOULMIN, S. E. *Os usos do argumento*. Trad. Reinaldo Guarany. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

TRAQUINA, N. *Teorias do jornalismo: por que as notícias são como são*. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2012.

Recebido em 26/09/2016. Aceito em 12/01/2016.